

Discussão

Tonico: Bom dia! Eu sou Tonico, Tonico Benites, do povo Guarani-Kaiowá, sou antropólogo. Antes não consegui adentrar no sistema aqui, porque o clima, o temporal, na região sul não permitiu. Estou aqui, consegui agora. Então, eu agradeço muito ao Osmundo pela mediação! Já agradeço também aos expositores e expositora, a doutora Rosilene e o doutor professor Florêncio, parente. Enfim, então agora vou tentar conduzir, já a parte final, o momento em que a gente vai debater, vai comentar e finalizar, fazer alguns encaminhamentos. E eu acho que consegui mais para isso mesmo, para entrar, mas muito obrigado. Esse debate tão riquíssimo e muito essencial para se entender o contemporâneo, os pesquisadores e pesquisadoras dessa geração nossa aqui do povo originário que estamos nessa área de Antropologia. Então, para quem não me conhece, eu vou me apresentar: sou Tonico Benites, do povo Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul. Sou antropólogo formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, graduação, sou pedagogo, sou professor e tenho mestrado e doutorado e pós-doutorado em Antropologia Social. Tudo pela UFRJ e Museu Nacional, conhecido como... o Programa de Antropologia Social funciona no Museu Nacional, que pegou fogo em 2018. Por isso bem conhecido, Antropologia do Museu Nacional. Isso me apresentando aqui, quem não me conhece. Então, eu sou pesquisador, eu tenho livro publicado, a dissertação, tratando desse tema de hoje também. Então quero agradecer também a todos e a todas também que nos assistem. Estamos aqui apresentando para nossa reflexão todos os temas históricos como antropólogas e antropólogos atuantes e pesquisadores, pesquisadoras, de várias universidades do Brasil. E também como hoje ocupamos cargo no sistema do Estado. Eu, por exemplo, estou há três meses na coordenação regional da Fundação Nacional dos

Povos Indígenas, que é a Funai. E também eu sou diretor regional da ABA do Centro-Oeste, que abrange o estado Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste. Sou diretor regional também. Bom, eu entendi que a gente já está na fase final, por conta do horário, mas eu quero pedir apoio ao Osmundo [sobre] o horário, que horário que a gente vai encerrar, porque me atrasei. Eu [estava] tentando aqui entrar e no aplicativo não consegui baixar. E tenho notebook, não consigo aparecer, porque a internet está instável. Estava, agora melhorou, então eu me perdi aqui por conta disso. Então eu gostaria muito de pedir apoio aí, porque aqui também há uma confusão. Não é que confusão, é por causa do fuso horário mesmo: estou no Mato Grosso do Sul, e aqui a gente está no horário de Brasília, ou seja, horário há uma diferença, né? Então também eu quero pedir apoio do Osmundo, para me orientar aí do horário que a gente vai encerrar esse debate importante.

Tá, tudo bem. Então temos esse tempo ainda. Eu quero, na condição de mediador, coordenador desse debate, comentar alguns pontos importantes que ouvi, eu quero reforçar, para que a gente aprofunde mais esse debate que está aqui em curso, que precisa e exigimos que avance, em todos os programas de Antropologia, em nível mestrado e doutorado e pós-doutorado. E até na graduação também, que é parte principal também, ainda na graduação, que eu senti. Então, essa parte que eu quero falar rapidamente aqui, para a gente entender mais. Bom, como a professora, quando fala das formas de se pesquisar e compreender os povos originários, que somos nós... Há muito tempo, a forma de olhar sobre nós, a partir de outra visão, sempre foi, e é ainda, problemática, por conta do tempo e o contexto que aconteceu isso. E eu quero falar como antropólogo e também na condição de indígena, porque na história... quero falar brevemente da história da Antropologia, ou seja, de antropólogo, pesquisador e pesquisadora antropólogo.

Normalmente, antes de nossa entrada, de nós indígenas, pertencentes aos povos, antes de nosso ingresso à área de Antropologia como pesquisador e pesquisadoras, como já ficou muito claro, éramos pesquisados. Nós

não podíamos pesquisar outros. Então, como ficou claro na fala da professora, isso hoje mudou. E quando pesquisador e pesquisadora, e do próprio programa da Antropologia, tem prazo, tem tempo para observar, para fazer, da nossa área, pesquisa de campo. Ele tem prazo, ele tem um tempo. E todo esse tempo eu entendo que é insuficiente para se compreender um povo. Por exemplo, no mestrado, somente seis meses, um ano, no máximo. No doutorado, mais tempo, um ano e meio. Eu entendo que esse tempo é pouquíssimo demais, e isso às vezes cria problema, porque antropólogo e antropóloga, por conta do tempo, às vezes acabam fazendo trabalho de modo muito superficial. Não conseguir falar mais, ou seja, conversar mais, observar mais, participar mais de todo tipo de vidas, dos modos de vida dos povos onde foi inserido como pesquisadora e pesquisa de campo. Então, o tempo às vezes é insuficiente. Por exemplo, se você olhar um povo ao longo do ano, tem clima diferente: época de frio, época de colheita, plantio, época de rituais e a mudança do clima mesmo, expedição de caçada, enfim. Todas essas vidas cotidianas dos povos acontecem em diferentes tempos, em diferentes momentos ao longo do ano. Se você só tem seis meses, a pesquisadora ou o pesquisador somente vai olhar a realidade naquele momento só, naquele curto espaço de tempo. Então, o que acontece em outro período não vai conseguir, não vai mais participar, não vai mais sentir o que que está acontecendo, como é explicada pelo povo. Então, por isso eu entendo, assim, essa dificuldade que antropólogo... ele mesmo, muitos antropólogos com quem eu convivi, ou seja, continuo conversando, sempre comenta comigo. Isso é muito importante, esse comentário. Muitas vezes, é muito sincero também, que ele falava que não conseguia ver isso, porque “Como é que eu vou participar de um ritual funerário? Porque, quando estava, lá ninguém morreu”. Então, “só depois que eu voltei, não mais como pesquisador”, ou seja, já estava terminando, mas precisava entender, voltou por conta própria para entender aqueles rituais. Enfim, então, muitas coisas, muito movimento, inclusive movimento político, é difícil entender quando não está acontecendo naquele período em que pesquisador, pesquisadora, se encontra em campo.

Por exemplo, época de movimento político, que hoje é muito frequente, muito comum indígena, os povos, participarem... participam. Participaram antes só naquele tempo. Você não tem como, fora desse tempo, observar esses movimentos. Você tem que estar naquele tempo, naquele momento. Então, estou falando isso: quando o próprio indígena assumiu essa função de pesquisador, pesquisadora, como antropólogo e antropóloga, muda a forma. E eu entendo que enriquece muito o programa de Antropologia, porque, no meu caso, por exemplo, tudo que eu pesquisei, escrevi, continuo escrevendo... A vida que eu vivi desde criança. Eu nunca saí, nunca vou sair, ou seja, nunca vou me desvincular do meu povo. Eu participo de todas trajetórias, toda luta, todo movimento, desde criança até hoje. Participando em diferentes contextos históricos, que me permite falar de algum tema, assunto específico, que aconteceu naquele período de tempo. E isso é importante, sim, para a gente considerar. Então, por isso quero falar que nós, indígenas, hoje, às vezes... eu sinto isso, como nós, eu, como povo Guarani-Kaiowá... sempre foi meu povo e eu... como foi pesquisado, somente pesquisado. E nossa luta hoje é adentrar também no programa, como professor, orientador, orientadora... e a gente acha dificuldade, como professora falou. A gente é bem querido, bem visto, bem observado, mas no momento que a gente quer adentrar também nesse programa como professor, na condição de docente, já há barreira. E isso também é decolonial, tem que acontecer. Com nossa experiência, com nossa vivência como antropólogo e antropóloga, o programa ganharia mais ponto.

Mas há dificuldade, sim, hoje, no tempo contemporâneo, nesse tempo mesmo, e a gente luta para que se tornasse também professor do programa, mas é difícil por enquanto. Mas faz parte da luta, porque isso também é a forma de decolonizar, de fazer esta prática decolonial, ao aceitar nós no programa. Isso eu vejo, por exemplo, o professor Gersem, na UnB, fazendo seu trabalho, a partir da sua pesquisa. Isso é muito importante! E a gente sabe que há muitos programas, em diferentes universidades federais, estaduais, e, enfim, isso que eu quero comentar também.

E existe ideal, sim. Eu vejo muito [que] essa área de Antropologia, antropólogo, antropóloga, não indígena às vezes tem esse ideal. Ele tem o ideal como é que deveria ser o indígena, os povos, mas a real é outra. E isso às vezes cria um certo, não sei se angústia ou tipo, para a pessoa que tem esse ideal, de querer que o indígena fosse dessa forma, ele queria muito que o indígena vivesse dessa maneira, dessa forma, mas não é isso que na realidade acontece. Por exemplo, no Mato Grosso do Sul, aconteceu movimento pela terra, luta pela... fazendo retomada, movimento... Muito parente parte para esse movimento, mas muitos pesquisadores, pesquisadoras, acham que não seria o ideal, então acaba se preocupando, na realidade. E política da Antropologia é tratada, da vida contemporânea dos povos indígenas, ele vai ter que ser atuante e frequente. Ou seja, ele vai ter que estar presente em todo o programa, em toda disciplina também do curso. Por exemplo, eu estou, [desde o] ano passado até agora, estou ministrando no curso intercultural, Pedagogia Intercultural, e eu, como indígena pedagogo e antropólogo, eu consigo entender as demandas da turma indígena, do meu povo, que se fosse um não indígena, ou seja, se for não indígena, teria mais dificuldade. Mas eu, como conhecedor, ficou mais fácil para mim mediar, intermediar, conversar e até dialogar mais sobre essa disciplina do curso. Enfim, só um exemplo. Eu quero parar por aqui, mas é um debate importante que programa... eu estou me referindo a programa, o próprio Ministério da Educação e programa da universidade, tem que aceitar nós, antropólogos e antropólogas, no programa, como professor, professora. E a partir daí, a gente atua como docente, como pesquisador, pesquisadora mesmo. E há barreiras, sim, a gente sente isso. Então, é uma nova luta que está surgindo por conta da nossa atuação e formação em curso, a gente luta. Vários parentes de vários lugares do Brasil já conseguiram isso, estar no programa como professor, professora, orientador, orientadora. Isso também é uma forma de desconstruir, fazer essa prática decolonial, porque é muito forte ainda no programa e influencia muito também. Então a nossa presença no programa é muito importante, e todo o debate relativo ao povo também.

Então, quero falar só isso, que normalmente nós, antropólogos indígenas, não paramos mais. Estamos em todo setor, em todo espaço, da universidade pública, na política, na gestão, estamos espalhados, espalhadas. E isso é muito importante, como a professora acabou de falar agora há pouco. Só assim a gente consegue avançar e até mesmo apoiar, ou seja, construir outra política pública, que atenda essa demanda contemporânea também, porque, de fato, antropólogo indígena e antropóloga consegue sempre se atualizar com frequência, porque ele está lá na comunidade, está no meio do povo, está entendendo o que que está demandando o povo. E quando o não indígena, que se desvinculou, às vezes, do seu interlocutor indígena há muito ano, muito tempo, por conta do distanciamento, da situação mesmo, acaba se desatualizando. E isso às vezes gera um pequeno problema, porque não é mais assim, ou seja, mudou, porque já passou dez anos, cinco anos, já é outra luta, outra realidade. E nós estamos sempre, temos essa vontade sempre em dialogar sempre com nossos professores e professoras com quem a gente conversou desde o início.

Eu mesmo, faz quinze anos que eu estou, mas nunca perdi o diálogo com meus professores, professoras, com antropólogo e antropóloga. A gente não consegue mais sair também, assim... sempre a gente tem procurado, eu mesmo tenho procurado, não perder esse contato, esse diálogo, com o Programa de Antropologia onde estudei, onde me formei, onde comecei, que é o Museu Nacional. Último tempo eu estava apoiando, ajudando, na construção dos objetos destruídos lá no Museu Nacional. E conversando sempre com meu orientador. Eu continuo considerando o professor João como o meu orientador, permanente. E outro também, meu professor e minha professora, que foram também. Então, isso é muito importante para mim, e eu acho que para o programa também, porque é uma forma da gente discutir e trabalhar sempre essa atualização, atualizar, o meu papel e nossas funções como antropólogo e antropóloga. Sempre tem que ser... todo dia é isso, eu acho! Todo dia a gente tenta desconstruir e atualizar o representante do órgão, das instituições, enfim, da universidade, do programa, da graduação. É todo dia!

Então é isso, vou parar por aqui, vou deixar para quem... temos dez minutos para considerações. Vou chamar cada um [para] considerar final. Eu já falei demais, mas isso que eu quero falar, aproveitar esse importante debate que começou, e é isso. Muito obrigado pela atenção, e vou deixar para cada um se manifestar para a gente encerrar esse debate. Deixar uns dois minutos para cada um, tá bom? Obrigado! Então eu vou chamar o professor Florêncio, vamos seguir a mesma sequência.

Florêncio: Ok, ok. Certinho. Obrigado, Tônico, pelas palavras, por ter me passado a palavra. E, então, vamos lá! Eu gostei demais das trocas que a gente teve aqui. Foi muito bom! Cada um, cada uma, com suas experiências e trajetórias e reflexões, conseqüentemente, muito instigantes. Tanto a Rosilene quanto a Irma. E eu penso que muito mais outras, outros colegas e parentes poderiam estar aqui. Nós temos muitos indígenas chegando, nos últimos anos, a posições, visibilidade, espaços mínimos de poder, de influência, nas instituições do Estado. Mas eu penso que a gente precisa refletir mais, nós, os acadêmicos indígenas e nossas lideranças, sobre o quanto isso ainda é muito pouco! E às vezes eu vejo certas empolgações de indígenas nesses locais, nesses espaços de poder, como se fosse uma grande conquista. Certamente é uma conquista. Nós temos visto mudanças muito interessantes nos últimos anos. Eu acho que a Rosilene falou disso agora ao chamar a nossa atenção para não exagerar na nossa empolgação, no otimismo com relação ao governo que a gente tem aí. O governo que a gente tem é o governo possível, a gente lutou para que nós tivéssemos esse governo e é muito bom que nós tenhamos esse governo! No entanto, para os indígenas, para a nossa perspectiva, Irma falou disso, tanto o governo de direita quanto o de esquerda, eles acabam reproduzindo esse sistema, essa estrutura de poder, onde nossa voz não é decisiva. Até que ponto a gente vai aceitar ser objetos? Indígenas decorativos. Decorativos nas universidades, porque é bom ter “o primeiro professor indígena no programa”, “a primeira professora indígena”. Daqui a pouco, acho que já teve, “o primeiro reitor indígena”. Mas essa coisa de “o primeiro isso, o primeiro indígena

aqui, a primeira indígena acolá”... Até que ponto isso serve a nós, indígenas? Acredito que serve, mas até que ponto a estrutura da universidade se serve disso para vender uma imagem de intercultural, de diversa, de que os indígenas estão lá?

Nós temos professores indígenas agora, em algumas universidades, mas é preciso estarmos muito atentos, porque o poder não está nas nossas mãos. Nós temos um poder, mas essa estrutura nos cerceia disso. O racismo institucional, estrutural, na política, no Senado, no Judiciário e também na universidade, pode parecer que ele está nos incluindo, mas ao mesmo tempo é possível, e eu acredito que isso está ocorrendo, ele está se reproduzindo de uma forma muito mais esperta, inteligente, para que os indígenas nos conformemos com esses espaços de visibilidade. Isso ficou muito claro quando a gente celebrou a chegada da ministra Sônia Guajajara ao espaço de ministra e foi criado o Ministério dos Povos Indígenas, e logo em seguida a gente pega aquela bordoadada da Câmara dos Deputados, “pá pá pá”. Mas não se trata de apontar pessoas, “esse, aquele”, mas, sim, o Estado, a política como ela é gerida nesse modelo onde o papel reservado a nós, indígenas, não é o de gestores do poder. Não é o papel de quem vai decidir como vai fazer as coisas.

Irma chamou muito bem a atenção para os aspectos estruturais das desigualdades Norte, Sul, o capitalismo global. E a gente, pelo menos na Antropologia que eu conheço, a gente estuda muito pouco isso. Parece que são temas que ficam para a Sociologia, para a Ciência Política, para outras ciências. Ou nós, indígenas, se quisermos, nós vamos ter que estudar esses temas, esses conceitos, essas questões em outras atividades. Em cursos de extensão, em seminários ou por nossa conta própria. E nós temos que fazer isso! É bom estudar identidade, racismo, xamanismo, religião, ritos, rituais, porém, o capitalismo está se sofisticando, está destruindo o meio ambiente, nossos rios, contaminados de mercúrio. Faz seis meses que esse governo entrou, e até agora, não por conta do governo exatamente, mas há toda uma combinação de interesse que faz com que os garimpeiros, na terra Yanomami, parte deles, ainda esteja lá! Uma outra parte já foi botada

para fora, já foi reprimida, e os garimpeiros que continuam destruindo o rio Tapajós, continuam jogando mercúrio no rio Tapajós. Mercúrio que está no sangue dos parentes Munduruku e no nosso sangue também, que nós somos indígenas do baixo rio Tapajós. O rio Tapajós que banha as nossas terras em Santarém, Aveiro, Belterra é o mesmo rio Tapajós contaminado, que vem de Jacareacanga e Itaituba! Então, essas estruturas que a gente, em geral, aborda essa temática mais no campo dessas outras ciências, como Economia, eu já citei, a Sociologia... A gente não pode ignorar esses conhecimentos nem ficar nesse compartimento que acaba especificando demais as coisas.

Talvez a gente deva resgatar o espírito do curso de Ciências Sociais, que muitos de nós fizemos na graduação, onde a gente tinha um conteúdo significativo, distribuído de forma mais ou menos igual entre Antropologia, Sociologia, Ciência Política. Eu penso que esse olhar é necessário, senão nós, indígenas, vamos entrar na academia e ficar lá sem nos apoderarmos de todos os conhecimentos que efetivamente podem ajudar a gente a compreender a complexidade, as contradições, da realidade onde a gente está metido.

Eu tenho certeza que as coisas já mudaram para melhor nos últimos anos. Eu ajudei nessa mudança, vários de nós, indígenas, não indígenas, temos ajudado nesse processo. A nossa presença nas universidades, nos espaços de poder político, tem ajudado nisso, mas a gente precisa radicalizar nessa nossa inserção. Não para garantir o nosso lugar lá, mas para desestruturar, para ameaçar essas estruturas. Na Amazônia, nós temos uma crença, e nos rios da Amazônia, de que debaixo de cada catedral de Belém, Santarém, Óbidos, Manaus, existe uma Cobra Grande embaixo dessa catedral. Os colonizadores construíram essas catedrais em cima das antigas aldeias, em cima de cemitérios, malocas. E o que nós dizemos hoje é que a Cobra Grande está lá embaixo dessas catedrais, e o momento em que essa cobra se acordar, quando ela se mexer, a catedral arrebenta, a cidade afunda e a coisa muda! Quem são esses... quem é essa Cobra Grande se não nós indígenas? Qual é o momento da gente ameaçar e derrubar, afundar essa

catedral, essas cidades coloniais, e construir algo novo? A hora é agora, vamos fazer isso. Muito obrigado.

Tonico: Nosso obrigado, professor Florêncio! Nosso obrigado, muito, muitíssimo. Bom, então agora [vou] passar para a professora Rosilene.

Rosilene: Oi, bom dia mais uma vez! Como foi bem colocado pelo professor Tonico, pelo professor Florêncio, o quanto que esse debate ele é importante e, principalmente, como foi colocado por todos, nesse contexto em que a gente está vivendo. Eu quero dizer, agradecer mais uma vez pela discussão, pela temática, por esse evento. Eu acho que eventos como estes, ele deve ser proposto com maior frequência, para que a gente possa estar trazendo novas inserções, novos debates, refletindo mais e construindo mais. Principalmente construindo mais! É como eu coloquei na minha fala inicial, “e há esse desconhecimento, então as pessoas precisam, a sociedade brasileira precisa, conhecer mais”. E o Florêncio traz uma perspectiva interessante, que é muito clara, que é essa de perceber as inserções, perceber as iniciativas, perceber as pequenas mudanças, mas que isso ainda é muito pouco para o universo que a gente vive. Isso é muito incipiente! Então há uma necessidade muito grande de crescimento dessas redes e que essas redes possam fazer a interface dessas experiências, e não somente das experiências exitosas nos processos de decolonização do pensamento, decolonização do saber, descolonização da Antropologia, da graduação, mas também na perspectiva ampla do processo. Então é preciso que a gente dê vazão a essas discussões, que a gente consiga dar vazão a eventos como esse, à inserção de muitos sujeitos nesse debate, para que essas informações possam chegar com mais celeridade onde, de fato, elas precisam chegar. É com foco na sociedade brasileira, mas que nós temos potenciais muito grandes para isso, para dar essa vazão, que são as escolas, a universidade e os institutos de educação. Então, esse espaço da educação é o espaço de poder para esse debate. O espaço de descolonização de pensamentos, de ideias, e de construção e valorização de epistemologias novas ou epistemologias

velhas, como são as nossas epistemologias indígenas. Elas sempre estiveram presentes. Não são coisas novas, são coisas que sempre estiveram presentes, mas nunca foram vistas, nunca foram ouvidas. Então, quando a gente percebe que essa vazão ainda é muito pequena, e como bem colocou o Florêncio, nós não devemos nos contentar com esse pouco que se inicia, mas que a gente valorize esse pouco, que apoie esse pouco e construamos grandes redes de pensamentos descolonizadores, pensamento descolonizador da Antropologia. Eu acho que a Antropologia é uma disciplina importantíssima para esse contexto de descolonizar as epistemologias enraizadas e as epistemologias errôneas e as epistemologias que não cabem ao contexto que os povos indígenas vivem hoje. Então é agradecer mais uma vez pelo debate e me colocar à disposição para os próximos debates que a gente possa encampar na perspectiva do processo de descolonização da Antropologia na graduação, e eu diria que na pós-graduação também. Os estudantes que estão nesses espaços, os estudantes indígenas, estão fazendo um belo trabalho. Eles estão o tempo todo nesses enfrentamentos, no enfrentamento de nova escrita, de uma nova escrita, de um novo olhar sobre a escrita, e da reflexão e da visibilidade do ponto de vista dos povos indígenas. Ponto de vista que nunca foi colocado no papel e que hoje esses estudantes estão colocando no papel muito fortemente e estão defendendo seus pontos de vista nesses espaços. Então, esses espaços da educação são espaços importantes para isso. São espaços políticos para essa desconstrução e reconstrução e construções novas de novos pensamentos. É isso, gente. Eu gostaria... não sei se vai ter ainda a interação do público, porque eu gosto muito de interagir com o público, ouvir o que eles estão pensando, quais são os pontos de vista e as reflexões aqui construídas, para a gente dialogar em conjunto. Não sei se vai ter esse momento, mas, de antemão, agradecer mais uma vez por esse espaço tão importante.

Tonico: Obrigado, Rosilene, pela boa experiência em fazer essa exposição para nós todos, todas. E na sequência, para a gente ir encerrando, a professora Irma.

Irma: ¡Muchas gracias, estimados compañeros y compañeras! Yo comparto mucho de lo que el profesor Florêncio explicó, analizó y presentó. Yo creo que, dentro de los procesos de descolonización, también tenemos que pensar que pasan por construir institucionalidades descolonizadas, porque nunca vamos a lograr tener procesos de descolonización sin tener instituciones propias. Si dependemos del apoyo, del financiamiento, de la cooperación internacional para nuestros procesos de pesquisa, no vamos a poder. Tampoco, como Florêncio dijo muy bien, nos es que se trata de decir que ahora ya tenemos un indígena, una indígena, en nuestro cuerpo de catedráticos o de investigadores, sino que se trata realmente de trascender más allá. Y ese es un desafío muy difícil en este momento. No es fácil frente a esta dependencia económica en la que estamos colocados, las e los investigadores. Nosotros podemos estar muy claras de la situación que vivimos, de los efectos de esta colonización. En nosotros, en nuestros trabajos, en nuestros estudiantes. ¡Estamos claros y sabemos lo poco que podemos avanzar mientras mantengamos el mismo sistema económico! Vamos a poder crear discursos, vamos a poder crear categorías, pero eso va a quedar en el plan, porque la vida diaria en las comunidades, en sus prácticas cotidianas, van a enfrentar los mismos efectos y los mismos procesos de la colonización. Entonces la descolonización son pequeños espacios. Muy pequeños espacios que muchas veces tienen un alto costo tenerlos, mantenerlos y cuidarlos. Y la descolonización es un proceso, ¡es todos los días, es todos los años, es toda la vida! Y quizá muchas y muchos de nosotros vamos a morir y no vamos a poder ver esa descolonización que tanto hemos deseado o que tanto necesitamos. Pensando entonces en instituciones, no podemos permitir que las universidades públicas se sigan destruyendo. ¡No podemos permitir que sectores pequeños se apropien de nuestras universidades! Y disculpen que lo diga, pero no podemos permitir que sindicatos, que también están al servicio del poder, destruyan los centros de investigación. Pensar estos poderes también es parte del proceso de descolonización. Yo quisiera, entonces, dejar ese mensaje. No solamente quedarme en la creación de discurso, en seguir abonando

a categorías... Quisiera también dejar que las instituciones debemos defenderlas o debemos crearlas, porque en este momento tenemos muchos materiales sobre descolonización. ¡Muchos libros, muchos artículos! Pero no tenemos instituciones que realmente sean el reflejo de esos procesos de descolonización. Y nuestros estudiantes, nuestros colegas, salen al campo y se enfrentan con que la realidad [inaudible]. La realidad está totalmente colonizada. La realidad está totalmente cooptada. Y se frustran en la vida cotidiana. Entonces como... ¡yo no tengo la receta! Y como dije en mi intervención, no se trata de responder a nuestras preguntas, sino poner nuestras preguntas sobre la mesa. Entonces nuestra pregunta es: ¿Cómo vamos a enfrentar este nuevo momento que estamos viviendo? En Centroamérica, en Brasil, en el Sur de América, en México... ¿Cómo vamos hacer? Creo que es un desafío hermoso. Es el desafío de nuestra época: trascender los textos, trascender el discurso y buscar esta reflexión que es sumamente compleja. Creo también que pasa por reconocer que en algunos espacios esos procesos están avanzando comunitariamente, con todas sus problemáticas. Y aquí el otro punto que quiero plantear pasa en explicar de que los procesos de descolonización no están libres de conflicto. No están libres de conflicto interno, no están libres de pugnas, no están libres de divisiones. Y quizá ese es uno de los desafíos más grandes con los que nos vamos a enfrentar. No quisiera tomar más del tiempo que me han asignado, pero quiero agradecer profundamente a Osmundo, quiero agradecer a Florêncio, a todos los que han participado, a todos ustedes... a los hermanos y hermanas que han estado en ese evento. Agradecer esta participación y poder agradecer también que me han permitido compartir con ustedes y decirles que desde Centroamérica vivimos procesos profundos de colonización. Sus efectos siguen presentes y también, igual que ustedes, estamos enfrentando los desafíos de cómo descolonizar a largo plazo, permanentemente, y no solamente en el plano de categorías. Obrigado!

Tonico: Nosso obrigado à professora Irma. Bom, chegamos ao final desse debate, então eu quero prestar agradecimento especial ao professor Florêncio,

à professora Rosilene e à professora Irma. Então, esse debate segue, com certeza é parte inicial ainda. Um debate de nossa parte, como pesquisador e pesquisadora, esse tema de descolonização. Sim, com certeza está em processo inicial, mas sempre vai estar em debate, em toda parte. Enfim, então continua essa nossa atividade, nosso trabalho, em relação à frente da colonização histórica. E nosso trabalho, todo dia, sempre é descolonizar e atuar sempre para que isso ocorra todo dia. Então, assim seguimos essa nossa caminhada, essa nossa jornada de atividade cotidiana. E faz parte da nossa vida, dia a dia. Então, assim eu quero encerrar. Até a próxima. Nós vamos nos encontrar de novo para novo debate e continuar esse debate. Então, muito obrigado, vamos encerrar por hoje. Desejando um ótimo final de semana a todos e a todas.

Rosilene: Obrigada, Tônico. Obrigada, Florêncio, Irma. Obrigada, todos participantes. Bom almoço para todos.

Irma: Obrigada a todos. Hasta pronto, cuídense.

Florêncio: Foi muito bom, gente! Um abraço.

Tônico: Abraço, até a próxima.

Irma: Abraço, Florêncio!